



Universidade de Brasília

Faculdade UnB Planaltina

Licenciatura em Ciências Naturais

**PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS: O
PAPEL DA POPULAÇÃO TRADICIONAL NA
CONSERVAÇÃO E NAS DECISÕES POLÍTICAS SOBRE
OS RUMOS DE SEUS TERRITÓRIOS NATURAIS**

Autora: Thaís Hall Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Irineu Tamaio

Planaltina - DF

Dezembro 2013



Universidade de Brasília

Faculdade UnB Planaltina

Licenciatura em Ciências Naturais

**PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS: O
PAPEL DA POPULAÇÃO TRADICIONAL NA
CONSERVAÇÃO E NAS DECISÕES POLÍTICAS SOBRE
OS RUMOS DE SEUS TERRITÓRIOS NATURAIS**

Autora: Thaís Hall Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Irineu Tamaio

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção de título de Licenciado do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais, da Faculdade UnB Planaltina, sob a orientação do Prof. Dr. Irineu Tamaio.

Planaltina - DF

Dezembro 2013

Dedico este trabalho ao meu avô, Sabá, que apesar de todas as dificuldades tem sido exemplo de força e superação. Aos meus pais, André e Luzineide, que me deram a vida e o apoio para a realização dos meus sonhos, ao meu irmão André Vinícius, ao meu orientador Irineu Tamaio, à minha família, aos amigos, aos povos tradicionais do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e ao querido companheiro Vinícius.

“O homem branco não compreende o nosso modo de viver. Uma porção de terra, para ele, é como outra qualquer. A terra não é sua irmã, nem sua amiga. Depois de exauri-la, abandona-a, deixando para trás o túmulo de seus antepassados e os sonhos de seus filhos.”

A CARTA DO CHEFE SEATTLE

“Eu quase que nada não sei, mas desconfio de muita coisa.”

GUIMARÃES ROSA

“Cavalo que ama o dono até respira do mesmo jeito.”

GUIMARÃES ROSA

PARQUE NACIONAL GRANDE SERTÃO VEREDAS: O PAPEL DA POPULAÇÃO TRADICIONAL NA CONSERVAÇÃO E NAS DECISÕES POLÍTICAS SOBRE OS RUMOS DE SEUS TERRITÓRIOS NATURAIS

Thaís Hall Oliveira¹

RESUMO

O meio ambiente tem sido afetado pela exploração desenfreada de recursos naturais. No Bioma Cerrado o processo de degradação tem sido acelerado e a ameaça de extinção de espécies tem provocado a criação de Unidades de Conservação (UCs). Porém, estas iniciativas costumam gerar conflitos entre as partes envolvidas, revelando duas compreensões políticas sobre a constituição de uma UC: a percepção preservacionista e a conservacionista. Essa pesquisa busca analisar e problematizar como essas duas leituras, ao serem campo de disputa e colocadas em prática na implementação de uma UC, repercutem no envolvimento da população do entorno na gestão dessa área. Esse trabalho também se propõe a refletir no campo da educação básica o papel do professor de ensino de ciências acerca dos olhares e percepções sobre o povoamento em Unidades de Conservação. O caso analisado foi a retirada da população tradicional de Veredeiros da área do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (MG) e a repercussão junto aos grupos sociais que vivem em seu entorno. No âmbito metodológico, essa pesquisa pode ser reconhecida como qualitativa. Foram realizadas entrevistas com 11 lideranças locais. A análise dos dados mostra que o Parque Nacional Grande Sertão Veredas foi criado graças à conservação exercida pelos moradores que há gerações ocupavam aquele território. A pesquisa revela que o embasamento na corrente preservacionista, na criação de uma UC, desconsidera o envolvimento das populações tradicionais e, conseqüentemente, deslegitima essa área diante desses povos e da população do entorno.

Palavras-chave: Unidades de Conservação. Parque Nacional Grande Sertão Veredas. População Tradicional. Conflito socioambiental. Ensino de Ciências.

1. INTRODUÇÃO

A partir do processo crescente de industrialização, iniciado com a revolução industrial no século XVIII, o ser humano promove uma série de transformações socioambientais, com um modelo de uso indiscriminado dos recursos naturais, causando transformações significativas no cenário ecológico e social (BARBOSA e SANTOS, 2008).

O meio ambiente tem sido afetado pela exploração desenfreada de recursos naturais, renováveis ou não, a acumulação contínua de capitais, o consumo exacerbado e a produção extensiva de bens, provocando graves consequências ambientais (TEIXEIRA, 2005).

Dentre os esforços que tem sido realizado no sentido de enfrentar a atual crise civilizacional e a constante perda de biodiversidade, uma das estratégias mais importantes tem sido a delimitação de espaços especialmente protegidos, denominadas Unidades de Conservação (UCs).

Deste modo, as transformações ocorridas no Cerrado e a ameaça de extinção de suas espécies têm provocado o surgimento de iniciativas de conservação por parte do governo, organizações não governamentais (ONGs), pesquisadores e representantes do setor privado. Porém, estas iniciativas costumam gerar conflitos entre as partes envolvidas (KLINK e MACHADO, 2005).

1 Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Naturais – Universidade de Brasília – UnB – Campus Planaltina

Por exemplo, no processo de discussão e criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PNGSV), a proposta da ONG ambiental local, Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (no momento da criação, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – era responsável pela gestão) entra em conflito com as aspirações das populações tradicionais, já que a proposta da retirada dessas populações da área não foi aceita. Assim, instalou-se um conflito socioambiental.

Esses conflitos revelam a presença de duas compreensões políticas sobre a constituição de uma UC: a percepção preservacionista e a conservacionista. Essa pesquisa busca analisar e problematizar como essas duas leituras, ao serem campo de disputa e colocadas em prática na implementação de uma UC, repercutem no envolvimento da população do entorno na sua gestão. O caso selecionado para análise foi a retirada da população tradicional da área do PNGSV e a repercussão junto aos grupos sociais que vivem em seu espaço.

O conflito existente no PNGSV caracteriza-se pelo fato de que antes da criação oficial do Parque, já havia uma população que vivia naquele território, denominada como população tradicional, enfatizando que nem toda comunidade presente em uma área tornada UC constitui-se em população tradicional. Porém, os moradores, em sua grande maioria, foram retirados da área do Parque e remanejados para o Assentamento São Francisco.

O Assentamento São Francisco está localizado no município de Formoso - Minas Gerais. Originalmente, este Assentamento foi criado em 2002 para receber as famílias tradicionais atingidas pela criação da Unidade de Conservação (MARTINS, 2011).

Esse trabalho também propõe refletir no âmbito da educação básica o papel do professor de ensino de ciências acerca dos olhares e percepções sobre o povoamento em Unidades de Conservação e suas contribuições para o ensino. Ambos os olhares envolvem conhecimentos da biodiversidade, contextos históricos, dados sociais e, sobretudo, educação ambiental.

2. CERRADO E POVOS TRADICIONAIS

O Cerrado não está isento das transformações humanas resultantes do desenvolvimento adotado no último século. As alterações ocorridas no Bioma trouxeram grandes danos ambientais como: fragmentação de habitats, extinção da biodiversidade, invasão de espécies exóticas, erosão dos solos, poluição de aquíferos, degradação de ecossistemas, alterações nos regimes de queimadas, desequilíbrios no ciclo do carbono e possivelmente modificações climáticas regionais.

Um dos principais desafios da conservação do Cerrado é demonstrar a importância que a biodiversidade desempenha no funcionamento dos ecossistemas. O conhecimento sobre a biodiversidade e as implicações das alterações no uso da terra sobre o funcionamento dos ecossistemas serão fundamentais para o debate entre as concepções preservacionista e conservacionista. No passado, a falta de conhecimento e as incertezas sobre os principais fatores que causavam o desmatamento no Cerrado prejudicaram sua conservação e manejo (KLINK e MACHADO, 2005).

A aceitação da ocupação humana em áreas protegidas ocorreu por meio da regulamentação e do controle do uso dos recursos naturais. No entanto, essa aceitação manteve sem resposta uma questão controversa para as atuais Unidades de Conservação, isto

é, o problema de como garantir a biodiversidade mantendo a ocupação humana em seu interior (TEIXEIRA, 2005).

Neste âmbito existem distintas concepções acerca de como devem ser executadas a conservação em UCs.

Diante desse desafio houve uma combinação de fatores que explicam o aumento da preocupação mundial pelas Unidades de Conservação: a rápida devastação das florestas e a perda da biodiversidade, a disponibilidade de fundos internacionais para a conservação e a possibilidade de geração de renda pelo turismo em Parques (DIEGUES, 2001).

Entretanto, a remoção dos moradores, de algumas Unidades de Conservação defendidas pela vertente preservacionista, tem contribuído ainda mais para a degradação das áreas de Parques uma vez que, por falta de fiscalização, as indústrias madeireiras e outros exploradores apropriam-se ilegalmente de seus recursos.

A atual política pública institucionalizada não avalia os impactos da criação de Parques sobre o modo de vida dos moradores locais que, muitas vezes, são os responsáveis pela conservação das áreas naturais. As formas de incorporar as populações tradicionais no planejamento e implantação das Unidades de Conservação, na maioria das vezes, visam simplesmente minimizar os conflitos potenciais ou existentes e não realmente oferecer alternativas viáveis de subsistência às populações que vivem nos Parques (DIEGUES, 2001).

Segundo Diegues (2001), populações tradicionais habitam áreas geográficas particulares, demonstrando, em graus variados, uma ligação intensa com territórios ancestrais; auto-identificação e identificação por outros grupos culturais distintos; linguagem própria, muitas vezes não a nacional; presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais; e sistemas de produção voltados principalmente para a subsistência.

Arruda (1999) confirma a teoria de Diegues (2001) ao citar que, existem dificuldades sobre a remoção das populações tradicionais em Unidades de Conservação. Essas apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto e, normalmente, de base sustentável (ARRUDA, 1999).

3. CONSERVAÇÃO OU PRESERVAÇÃO? O CONFLITO

3.1. Conceito de Unidade de Conservação (UC)

As Unidades de Conservação foram criadas quando as pressões sobre os ambientes naturais tornaram-se sem controle. Com a visão do ser humano como vilão, para alguns segmentos ambientalistas, estas áreas passaram a serem gerenciadas de forma a afastar a presença humana o mais distante possível (PADUA e TABANEZ, 1998).

Somente a partir das duas últimas décadas do século XX é que foram desenvolvidos importantes debates no Brasil, com a preocupação de estabelecer mecanismos de regulação à implantação das Unidades de Conservação. Após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como ECO-92, realizada em 1992 no Rio de Janeiro com a temática ambiental de políticas públicas, o projeto de lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi aprovado no Congresso Nacional, visando regulamentar o artigo 225 da Constituição, detalhar os princípios da conservação e a necessidade de se avaliar as condições das categorias de UCs existentes no Brasil (BARBOSA e SANTOS, 2008).

Para o SNUC, uma UC é um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

A Lei Federal nº. 9.885, de 18 de julho de 2000, que institui o SNUC, organiza as categorias em Unidades de Proteção Integral (UPI), quando buscam preservar a natureza e admitem apenas o uso indireto dos seus recursos, e unidades de uso sustentável, quando visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso direto sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

Segundo Hauff (2004), a primeira categoria visa preservar os processos naturais e a diversidade genética com a menor interferência humana possível, permitindo apenas o uso indireto dos recursos. Essa categoria é a que se aproxima da proposta da FUNATURA. Já a segunda categoria busca conciliar, dentro do possível, a preservação da diversidade genética e dos recursos naturais com o uso direto, moderado e sustentável, de alguns destes recursos, limitando a alteração antrópica a um nível compatível com a sobrevivência permanente de comunidades vegetais e animais.

A “importação” desse tipo de áreas protegidas, no início do século XX, pela África, Ásia e América Latina, sofreu resistências das populações locais. Por ser um modelo norte-americano, esse tipo de conservação não se enquadra a outras realidades de países com distintas formas de ocupação, como é o caso do Brasil (DIEGUES e ARRUDA, 2001).

A chegada dos Parques em Minas Gerais acompanhados de variadas regras, no sentido de desapropriações e restrições de uso do solo, foi recebida com mobilizações de resistências por parte das comunidades locais, como forma de garantir o direito de permanência nesses espaços que já ocupavam há várias gerações (BARBOSA e SANTOS, 2008).

3.2. Histórico do Parque Nacional Grande Sertão Veredas

Em algumas áreas de Minas Gerais, as Unidades de Conservação (UCs) foram criadas no fim da década de 1990 como compensações ambientais aos empreendimentos agrícolas instalados. No contexto de transformações econômicas no espaço norte mineiro, estava inviabilizado a cultura dos caatingueiros, indígenas, geraizeiros, veredeiros e vazanteiros, populações locais que fazem parte da riqueza da região por suas características culturais, manifestações artísticas, valores e crenças, saberes e fazeres patrimônios originais desta terra (BARBOSA e SANTOS, 2008).

No noroeste de Minas, a antiga Vila dos Gaúchos povoada inicialmente por 10 famílias gaúchas foi fortalecida com a chegada de novos moradores pelos processos de ocupação da região e então elevada a distrito no ano de 1995, sendo renomeada para Chapada Gaúcha. Tanto a Chapada Gaúcha como o distrito de Serra das Araras faziam parte do município de São Francisco. Após a união de lideranças locais, no ano de 1995, fizeram com que Chapada Gaúcha fosse emancipada como município (SALGADO, 2010).

Este município é um ponto localizado entre as regiões norte e noroeste mineiras. Em Chapada Gaúcha está localizada a sede do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

Com o objetivo de efetivar o Parque, em 1990 a ONG Fundação Pró-Natureza, seguindo a corrente preservacionista, elaborou o Programa Grande Sertão Veredas, estruturado em três componentes principais: a proteção da unidade; a conscientização das comunidades locais sobre a estratégia de conservação *in situ* e a existência do Parque e o

envolvimento voluntário das comunidades, visando sua mobilização e fortalecimento (SALGADO, 2010).

O PNGSV foi criado pelo Governo Federal por meio do Decreto-Lei nº.: 97.658 de 12 de abril de 1989. Ele abrangia uma vasta área de 83.364 hectares em sua criação, mais de 70% no extremo leste do Município de Formoso e o restante em Arinos e Chapada Gaúcha. Com o Decreto-Lei de 21 de maio de 2004 essa extensão foi ampliada e hoje totaliza 230.671 hectares incluindo, além de Minas Gerais, grande parte do município de Cocos – BA (MENDES, 2013).

O Parque preserva mananciais do Vale do rio São Francisco: a bacia hidrográfica do alto Carinhanha incluindo áreas banhadas pelo Rio Preto e seu afluente Santa Rita, a margem direita do ribeirão Mato Grande, toda a área banhada pelo Alto Itaguari, e também as cabeceiras do ribeirão Tabocas (Bacia do Urucuia) (MENDES, 2013). O nome do Parque é uma homenagem a João Guimarães Rosa, escritor da literatura brasileira, cujas belezas cênicas e história cultural de seus povos inspiraram o escritor na obra de grande reconhecimento, Grande Sertão: Veredas.

O território ocupado pelo Parque é assim distribuído: 90% dentro dos municípios de Formoso-MG e Cocos-BA, e o restante nos municípios mineiros de Arinos e Chapada Gaúcha que, juntos, possuem a parcela menor de sua extensão. Este reúne paisagens naturais belíssimas, pois está localizado em uma área de transição onde ocorre o encontro de dois biomas: o Cerrado e a Caatinga. A união desses biomas criou um tipo específico de vegetação que pertence aos dois ecossistemas (MENDES, 2013).

Desde 1986, a FUNATURA desenvolve trabalhos na região com o intuito de proteger áreas dos Gerais, na forma de Unidade de Conservação, como de conservar a biodiversidade do Cerrado por meio da utilização sustentável dos recursos naturais e do resgate e manutenção da cultura regional (FUNATURA, 1991).

Martins e Junior (2012) descrevem os Gerais:

Os Gerais se situam, sobretudo, na margem esquerda do rio São Francisco e, se estendem por outros Estados como Goiás e Bahia. A sua principal característica é a grande extensão de chapadas, com o relevo pouco elevado e cobertura vegetal arbustiva e rasteira, tem em sua maioria “solos pobres”, do ponto de vista produtivo, e secos formados por areias quartzosas. Ele é entremeado por outras formações: as Veredas e um número relativo de riachos que tem sua gênese no meio das chapadas (MARTINS e JUNIOR, 2012, p. 138).

De acordo com o SNUC, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral (UPI), isto é, seus recursos naturais não podem ter uso direto pela população por tratar-se de espaço que conserva a natureza para o futuro e não apenas da humanidade (BRASIL, 2000).

A categoria Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e turismo ecológico. (BRASIL, 2000). Porém, essa definição de categoria não permite a existência da população dentro da área da UC e junção desses fatores deu origem ao conflito socioambiental existente no município de Chapada Gaúcha – MG.

3.3. Conflito socioambiental

Na atual sociedade, os conflitos tendem a ser internos e a própria sociedade passa a criar e recriar espaços institucionalizados de decisão e resolução de conflitos (NASCIMENTO e BURSZTYN, 2010).

Os conflitos têm suas raízes no desequilíbrio entre a exploração e a reposição dos recursos naturais, ou seja, como o estoque de recursos naturais se apresenta. É uma forma de interação entre indivíduos/comunidades que têm ideais antagônicos (BRITO *et al.*, 2011).

A presente pesquisa retrata um conflito socioambiental, mais especificamente um conflito ambiental territorial. Este marca situações que em que existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidades lógicas culturais diferenciadas e têm origem quando o sistema de apropriação de um espaço, com suas consequências ambientais e sociais, divergem dos territórios gerados por grupos, como populações tradicionais, cujas formas de uso dependem do tempo de regeneração natural do meio utilizado. Neste caso, o território é com patrimônio necessário para a produção e reprodução que garante a sobrevivência das comunidades (LASCHEFSKI e ZHOURI, 2010).

Lascheski e Zhouri (2010) afirmam que:

O deslocamento ou a remoção das populações tradicionais significa, frequentemente, não apenas a perda da terra, mas uma verdadeira desterritorialização, pois muitas vezes a nova localização, com condições físicas diferentes, não permite a retomada dos modos de vida nos locais de origem, sem contar com o desmoronamento da memória e da identidade centradas nos lugares (LASCHEFSKI e ZHOURI, 2010, p. 27).

O Parque Nacional Grande Sertão Veredas compartilha de um conflito ambiental territorial, um tipo de conflito socioambiental, e os dados subsequentes procuram corroborar as afirmações dos conceitos citados.

4. O AMBIENTE NATURAL EM DISPUTA

4.1. Conservacionismo *versus* Preservacionismo

A compreensão do ambiente natural que emergiu das pesquisas dos séculos XVIII e XIX afetou profundamente a visão do homem em relação ao seu lugar na natureza. A era vitoriana inglesa foi um período de grande autoconfiança e segurança, embora o ideal vitoriano de civilização tenha quase sempre dependido da conquista da natureza pela ciência e pela tecnologia. O domínio sobre o meio ambiente era visto como essencial para o progresso e para a sobrevivência da raça humana (McCORMICK, 1992).

Nesse processo histórico de relação social com a natureza, segundo McCormick (1992) emerge gradualmente o que o autor chama de “consciência biocêntrica”, reforçando o estabelecimento do sentido de inter-relação entre o homem e a natureza e a aceitação de uma responsabilidade moral relacionada à proteção da natureza contra os abusos.

A origem dessas duas compreensões sobre UCs ocorre no ambientalismo dos Estados Unidos. O modelo norte-americano de preservação ambiental baseado na criação de áreas protegidas de uso indireto, que tem no Parque Yellowstone como principal exemplo, foi preconizado inicialmente pela corrente preservacionista, com algumas tentativas de influência conservacionista posteriormente. A corrente preservacionista não admite moradores nas áreas protegidas, mesmo tratando-se de comunidades tradicionais presentes desde gerações

passadas, pois partem do princípio de que toda relação entre sociedades e natureza é destruidora do mundo natural (DIEGUES, 2001).

Na virada do século XIX, o ambientalismo americano se dividiu em dois campos: os preservacionistas e os conservacionistas. Os primeiros buscavam preservar as áreas virgens de qualquer uso que não fosse recreativo ou educacional, e os últimos explorar os recursos naturais do continente, mas de modo racional e sustentável (McCORMICK, 1992).

Segundo Diegues (2001), Gifford Pichot (conservacionista) tinha a concepção de que a natureza é frequentemente lenta e os processos de manejo podem torná-la eficiente; acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos.

Em oposição aos ideais conservacionistas surge, como defensor da preservação das áreas virgens, o naturalista John Muir. Suas primeiras lutas foram importantes para a criação do Parque Nacional de Yosemite em 1890, a primeira reserva conscientemente designada à proteção das áreas virgens (McCORMICK, 1992).

Se a essência da corrente conservacionista é o uso adequado e criterioso dos recursos naturais, a essência da corrente oposta, a preservacionista, pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem, eliminando qualquer relação entre o homem e a natureza. Esta corrente pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano (DIEGUES, 2001).

Logo, tais correntes têm ideias opostas quanto à utilização de Unidades de Conservação. Para McCormick (1992) existem visões diferentes e muitas vezes opostas do significado de Parques Nacionais e reservas. Para alguns, as Unidades de Conservação são um fim em si mesmas e destinam-se a proteger a “natureza selvagem”, intocada, frente aos avanços do crescimento demográfico e da devastação do mundo moderno. Subjacente à esta ideia está o pressuposto de que a humanidade caminha para a destruição dos ecossistemas naturais e que, no futuro, restariam somente ilhas de conservação, paraísos remanescentes de um mundo natural.

4.2. A ocupação humana em Unidade de Conservação

Segundo Guha (2000), ao desenvolver uma análise sobre a influência da visão preservacionista na África, cinco grupos sociais alimentam a conservação da vida selvagem no Terceiro Mundo: em primeiro lugar estão os moradores das cidades e turistas estrangeiros que tomam algum tempo de férias para visitar o mundo selvagem e com motivos diretos: prazer e recreação. O segundo grupo são as elites governantes que veem na proteção de um animal a veneração de um símbolo de prestígio nacional. O terceiro grupo é formado pelas organizações ambientalistas internacionais, como o WWF, que trabalham para “educar” os indivíduos nas virtudes da conservação biológica. O quarto grupo é formado pelos funcionários dos serviços de Parques. Ainda que uma minoria dele esteja motivada pelo amor à natureza a maioria deles está motivada pelos privilégios que podem extrair. Finalmente, o último grupo é o dos biólogos que acreditam na importância da vida selvagem e na preservação das espécies por causa da “ciência”.

Esses cinco grupos, na visão de Guha (2000), unem-se pela hostilidade para com os camponeses, pastores e caçadores que habitavam o território antes da criação de “Parques”. Eles percebem essas comunidades humanas como tendo um efeito destrutivo sobre o meio

ambiente, e veem suas formas de vida como causa do desaparecimento das espécies, erosão do solo, simplificação de habitats e outros processos de degradação ao natural.

Sato (2008) ao desenvolver um estudo sobre uma comunidade tradicional no Pantanal constatou que a diferença é que os povos tradicionais percebem a diversidade nas relações com a sociedade dominante que se constitui como alteridade em relação às suas vidas e significações. A sociedade dominante, por sua vez, é cega em relação à diversidade que eles constituem. Sendo a diferença radical a de identidade e autocompreensão. Sua identidade passa pela família, pela linhagem, pelo clã, pelo grupo de origem, pelas raízes sociais de seu povo, de seu grupo.

Os habitantes do pantanal, segundo Sato (2008), não se compreendem pela estrutura clássica entre natureza e cultura. Eles são partes integrantes vivas e dinâmicas da natureza que os recorta e define como parte da realidade circundante. Seu corpo carrega simbolicamente os desejos, as necessidades e o movimento geral que cerca o mundo que os apreende (SATO, 2008).

Na avaliação crítica de Pedlowski (1999 *apud* SATO, 2008), a criação de Unidades de Conservação pode acelerar o processo de degradação ambiental se não for acompanhada por mecanismos específicos de fortalecimento institucional dos órgãos governamentais e de desenvolvimento de grupos sociais diretamente envolvidos no processo.

Frente a esse processo, a Educação Ambiental torna-se uma possibilidade de manutenção da identidade social da comunidade, propiciando às mulheres, homens e crianças que continuem a desenvolver-se com a sabedoria do manejo das espécies sob um conteúdo simbólico que garante a sobrevivência, a reprodução e conservação, pelo manejo artesanal das espécies que lhes asseguram a sobrevivência. (SATO, 2008).

Para Arruda (1999), as populações tradicionais, por não fazerem parte do elo dos núcleos dinâmicos da economia nacional, adotaram o modelo biorregional, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, o que possibilitou sua sobrevivência e reprodução desse cultural relacionado à natureza, com inúmeras variantes locais determinados pela especificidade ambiental e histórica da comunidade.

Embora essas populações pratiquem um modo de vida ecologicamente mais equilibrado, vêm sendo negligenciadas e excluídas na elaboração de políticas públicas regionais, assim como são as primeiras a sofrerem com os impactos ambientais e as últimas a se beneficiarem com as políticas de conservação ambiental.

5. METODOLOGIA

No âmbito metodológico, essa pesquisa pode ser reconhecida como no campo da abordagem qualitativa e caracterizada como estudo de caso. O princípio básico do estudo de caso é que, para uma apreensão mais completa do objetivo, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa. Estes estudos “buscam retratar a realidade de forma completa e profunda, usam uma variedade de fonte de informações procuram representar os diferentes e, às vezes, conflitantes pontos de vista presentes em uma situação social ou de aprendizado” (LUDKE e ANDRÉ, 1995, p. 20).

Para obter as informações necessárias ao presente estudo, seguiu-se a metodologia descrita por Marotti e Santos (2001), pautando-se no registro das narrativas orais de sujeitos históricos relacionados e envolvidos com o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Utiliza-se ainda da metodologia de “bola de neve”, que consiste no mapeamento das lideranças de

destaque para serem as primeiras entrevistadas e sempre ao término dessas entrevistas, solicitam-se ao informante sugestão de outros nomes importantes a se entrevistar, comparando com a lista dos sujeitos indicados até que se esgotem a indicação de novos nomes, tornando-as recorrentes, confirmando-se então a legitimidade da amostra (MAROTTI e SANTOS, 2001).

Foram entrevistadas 11 pessoas, os sujeitos escolhidos para que se realizasse a entrevista semi-estruturada foram líderes de populações tradicionais, professores de ciências naturais de escolas públicas municipais e rurais da região e um representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão do Parque.

No dia 21 de Setembro de 2013 foi realizada a saída de campo para a coleta dos dados nos municípios de Chapada Gaúcha e de Formoso, ambos em Minas Gerais, e encerrada no dia 22 de Setembro de 2013. As entrevistas foram semi-estruturadas, com um roteiro previamente definido, mas aberto o suficiente para deixar os entrevistados fluírem livremente pelas suas memórias.

Com as entrevistas objetivou-se compreender as diversas concepções acerca da criação do Parque e do conflito socioambiental, a historicidade das populações, quem são os protagonistas dos processos, quais foram as condições após a criação do Parque, quais foram os desafios enfrentados, quais foram as estratégias utilizadas e outros elementos úteis para compor o quadro do diagnóstico.

Cabe dizer que apesar da autorização dos entrevistados para divulgar seus depoimentos optou-se por não identificá-los, no momento de análise dos relatos, buscando preservar suas leituras do conflito. Além disso, os depoimentos utilizados para análise dessa pesquisa foram editados e corrigidos, sem, no entanto, desfigurar seu sentido e tom original.

A tabela a seguir relaciona os entrevistados e a relação dos mesmos com o Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PNGSV) e data de realização das entrevistas.

Tabela 1: Relação dos entrevistados nos municípios de Chapada Gaúcha e Formoso - MG.

| Relação com o PNGSV | Nome | Data |
|--|-------------------------------------|------------|
| Morador da Comunidade Vão dos Buracos, na proximidade do Parque. Coordenador da Cooperativa Grande Sertão Veredas. | José Correa Quintal (Zezo) | 21/09/2013 |
| Representante do ICMBio – Analista ambiental | Luis Sérgio Ferreira Martins | 21/09/2013 |
| Funcionária da Secretária de Educação e ex-diretora da Escola Municipal | Vera Lúcia de Farias Almeida | 21/09/2013 |
| Professora de ciências naturais do 6º ano 9º ano em uma Escola Rural na Comunidade Rio dos Bois. | Elovane Pereira Nunes | 21/09/2013 |
| Ex-morador do Parque e atual morador na vizinhança, | Antônio Texeira de Almeida (Tunico) | 21/09/2013 |
| Ex-secretária do Meio Ambiente. Professora de Ciências Naturais (6º ao 9º ano) na Escola Municipal. | Rosimeire Magalhães Gobira | 21/09/2013 |
| Ex-prefeito e presidente do Sindicato de | José Raimundo Ribeiro | |

| | | |
|--|----------------------------|------------|
| Trabalhadores Rurais e participou da elaboração do plano de manejo do Parque. | Gomes (Mundinho) | 22/09/2013 |
| Ex-morador do Parque e atualmente é morador do Assentamento São Francisco. Ex-presidente da Associação de moradores. | Elias Carneiro Muniz | 22/09/2013 |
| Ex-moradora do Parque e atualmente é moradora do Assentamento São Francisco. | Rivalina Ferreira da Silva | 22/09/2013 |
| Ex-moradora do Parque e atualmente é moradora do Assentamento São Francisco | Luzia Pereira Lisboa | 22/09/2013 |
| Moradora do entorno do Parque | Rosalva Pereira Lisboa | 22/09/2013 |

6. RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise dos relatos foi categorizada de acordo com os temas propostos na entrevista: a) relação da produção com a terra; b) o Parque foi um desacato: conservação e participação nos rumos de seus territórios; c) a remoção do Parque e a ótica constitucional; d) o Parque não está na escola.

6.1. Relação da produção com a terra

Dentre os habitantes que viviam dentro da área do Parque, encontram-se como maior grupo social os Veredeiros, esta denominação é devido à vivência nas Veredas. Eles são camponeses pela relação estabelecida com a terra. Ela tem valor de uso que garante a sobrevivência do núcleo familiar a partir da exploração de suas potencialidades (MARTINS, 2011).

Costa (2005) define as práticas desenvolvidas pelos Veredeiros:

Os veredeiros caracterizam-se por um sistema de produção agroextrativista, com plantio rotativo no campo úmido de envoltório da vereda, agroextrativismo e soltío de gado. Nas épocas de chuva, deixam o gado se movimentar livremente pelas chapadas, enquanto na época de seca, aproveitam os campos ainda úmidos do envoltório da vereda. Suas casas tradicionalmente se assentam próximas à vereda, beneficiando-se do microclima mais fresco e úmido (COSTA, 2005, p. 38).

Envolvendo as práticas desenvolvidas por esses habitantes, veredeiros, de acordo com os depoimentos, pode-se observar que as atividades desenvolvidas eram baseadas em agricultura para subsistência, como corroborado acima, e que tais atividades não impactavam no manejo da Unidade de Conservação. Nota-se essa compreensão nos depoimentos dos entrevistados:

Era desenvolvida a agricultura familiar para subsistência, a criação de gado já era uma tradição.

As atividades não impactavam o Parque, atualmente está mais destruído, os nossos ancestrais cuidaram e nós fizemos o mesmo.

A visão de que a população tradicional não impacta os recursos naturais, como afirma Diegues (2001), está presente nas enunciações dos ex-moradores da UC, como se pode notar:

As comunidades deveriam permanecer e receber bônus. Eles cuidaram do Parque e só por isso aquela área virou uma Unidade de Conservação.

Não se cria Parque em cima de deserto.

Martins (2011) afirma que o trabalho dos moradores é um elemento sociabilizador e significante da natureza, que integra o homem às Veredas e cria o material histórico conforme suas identidades.

Pode-se notar, nos relatos anteriores, a indignação do não reconhecimento da conservação que era exercida por parte dos moradores e seus ancestrais na área. De acordo com Guha (2000), estudos mostram que os mais altos níveis de diversidade biológica são encontrados em áreas com alguma intervenção humana. Ao abrir novos nichos para serem ocupados por insetos e pássaros, ecossistemas parcialmente perturbados podem apresentar diversidade maior que a existente em áreas intocadas.

Diegues (2001) cita que:

A permanência das populações tradicionais em áreas naturais protegidas não se justifica somente pela proteção e pelo reconhecimento da grande bagagem de etnoconhecimento transmitido de geração em geração a respeito das condições naturais, pela necessidade de garantir seus direitos históricos a seu território, mas também como exemplos a serem considerados pela civilização urbano-industrial na redefinição necessária de suas relações atuais com a natureza (DIEGUES, 2001, p. 72).

Com afastamento do urbano-industrial, as populações tradicionais caracterizam-se por modos de vida únicos que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, ciência dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias particulares, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra (DIEGUES, 2001). Porém, tais fatores não foram considerados no processo de criação do Parque.

Diante do exposto, percebe-se que um dos motivos para criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas foi graças à conservação exercida pelos moradores que há gerações ocupavam aquele território. Contudo, o envolvimento, as raízes históricas e o cuidado dos moradores com o local não foram levados em consideração na criação da UC.

6.2. O Parque foi um desacato: conservação e participação nos rumos de seus territórios

Segundo Barbosa e Santos (2008), as Unidades de Conservação de uso restrito vêm ganhando espaço nas políticas públicas. Entretanto, esse modelo preservacionista tem desenvolvido intensa pressão sobre populações locais do interior e/ou do entorno dos Parques, obrigando-as a se retirarem de suas propriedades, restringindo o uso dos recursos naturais existentes nestas áreas.

Essa compreensão pode ser observada no enunciado de um morador do entorno do Parque:

O Parque foi um desacato, as populações já estavam enraizadas naquele espaço. Abalou muito, a vida deles não era aquela vida do Assentamento.

O desacato apontado por esse entrevistado demonstra o que afirma Pereira (2007) que, a criação e gestão das UCs brasileiras ainda tem se dado de forma centralizada com decisões “de cima para baixo”, limitando a participação pública e tornando-se apenas imposições.

Segundo Diegues (2001), a remoção das populações tradicionais de suas terras implica a impossibilidade de continuar existindo como grupo portador de determinada cultura, de uma relação específica com o mundo natural domesticado.

Martins (2011) cita que, com a chegada dos ambientalistas e com a criação de áreas com finalidade de preservação mudou as condições de experiência do espaço-tempo. Com eles, de início, os Veredeiros compartilhavam o mesmo espaço e um tempo diferente, mas com a retirada de seus territórios passam a não compartilhar nem o tempo e nem o espaço, eliminando a identidade dos moradores dessas áreas.

Essa perda de identidade e impossibilidade de continuar com a mesma cultura são retratadas nos depoimentos acerca de como ficaram as condições de vida das populações tradicionais após a criação do Parque:

As condições pioraram. Lá ninguém devia banco, a terra aqui no assentamento é fraca, assentam e não dão assistência. Lá a gente tinha água a vontade, aqui um dia tem e outro não.

Dificultou as condições de vida. Eles tiveram e ainda tem uma difícil adaptação em outros lugares, isso devido a grande vivência no local.

As condições pioraram. Os moradores que ainda vivem no Parque ficaram isolados pela falta de trânsito no local e ficaram sem acesso à saúde e outras coisas de necessidades básicas.

Aqui no assentamento tem muita falta de água. A gente já tinha amor pelo lugar, mas ficou muito distante de tudo.

Desses relatos, pode-se inferir que os órgãos governamentais responsáveis pela criação da UC não levou em consideração a relação desses moradores com o espaço histórico, as condições restritas do novo local, as adaptações ao social e o amor que a população tradicional tinha pelo lugar. A gestão técnica não respeitou a história das pessoas, o local tornou-se isolado e as condições, que já eram consideradas precárias, pioraram em inúmeros aspectos.

O futuro dessas famílias está incerto frente à ameaça de terem sido transferidas ou desapropriadas pelo governo do Estado, em função da implantação de uma UPI (BARBOSA e SANTOS, 2008).

A chegada do Parque Nacional Grande Sertão Veredas produziu a desterritorialização dessas populações. A retirada desconstruiu a territorialidade Veredeira e todo o lugar que foi de convívio e relação dos moradores foi desapropriado (MARTINS, 2011).

Uma demonstração das leituras diferenciadas que proporcionou o conflito pode ser revelada na expressão de um entrevistado que compõe o grupo de gestores da UC:

Eles foram relocados para o Assentamento São Francisco, os moradores colaboraram com a escolha do local. Essa foi uma situação positiva, pois os moradores receberam assistência em termos de saúde e moradia.

Isso demonstra o que afirma Diegues (2001), as autoridades responsáveis pelas UCs entendem as populações tradicionais como destruidoras da vida selvagem, eliminando chances de incorporá-las no projeto de conservação da área.

Pode-se atribuir que a compreensão do entrevistado está na ótica preservacionista, ao relatar que:

O ser humano sempre causa impacto. As populações tradicionais nem tanto, mas as práticas que elas exerciam como: agricultura, a caça e a pesca prejudicam o meio.

De acordo com Diegues (2001), a corrente preservacionista acredita que os Parques Nacionais são a única forma de salvar pedaços da natureza, de grande beleza, dos efeitos deletérios do desenvolvimento urbano-industrial. Porém, não levam em consideração os anos que as populações tradicionais viveram em harmonia naquele lugar, o envolvimento e o pertencimento naquela área.

Porém, essa concepção se contrapõe com as dos demais entrevistados, os quais acreditam que as populações tradicionais dentro do Parque contribuem para garantir uma melhor gestão, sendo colaboradores:

A comunidade poderia contribuir para o manejo do Parque se fosse bem informada e tivesse apoio. Não mostram para eles a melhor forma (sustentável) de explorar.

As pessoas deveriam ser capacitadas para um melhor cuidado com as atividades e receber auxílio para desenvolvê-las.

Nem todos colaboravam, mas a maioria procura fazer sua parte.

As comunidades são patrimônios do Parque. Podem contribuir, por exemplo, culturalmente e para fins de turismo.

Não tinha o estrago que tem hoje. O fogo era controlado, hoje não colocam fogo e quando ocorre devasta tudo.

Como afirmado por um ex-morador, a eliminação total pelo fogo pode também causar degradação da biota nativa, devido ao acúmulo de material combustível (biomassa vegetal seca) e à baixa umidade da época seca, uma eventual queimada nessas condições tende a gerar temperaturas extremamente altas que são prejudiciais à flora e à fauna do solo do Cerrado (KLINK & MOREIRA, 2002).

De acordo com Martins (2011), as populações foram historicamente ampliando táticas de manejo com o objetivo de viabilizar a reprodução da vida, da família e da comunidade. Estabeleceram um conjunto de relações de afeto e de interdependência com a natureza.

Compreende-se, a partir de alguns depoimentos, que os moradores não recebiam qualquer tipo de formação do dito conhecimento científico para que explorassem os recursos e utilizassem a área de forma sustentável. Porém, ainda com essa ausência, as declarações são de que os mesmos contribuíam para conservação.

Programas de Educação Ambiental poderiam ter sido elaborados e executados com as populações que moravam no Parque e no entorno dele. Já que, a educação ambiental visa desenvolver a consciência da sociedade em relação ao meio, estimulando o pensamento crítico e a participação ativa.

6.3. A remoção do Parque e a ótica constitucional

Os sujeitos da pesquisa foram indagados quanto à retirada das populações tradicionais do interior do Parque. Quando realizado este questionamento, houve unanimidade nas respostas:

Disseram que por ser um Parque, ninguém podia ficar. Lá foi tudo na enganação, tudo para nos convencer.

Pelo fato da área ser uma Unidade de Proteção Integral.

Pela lei, não pode ter moradores dentro dessas Unidades.

Para não influenciar no desenvolvimento do Parque.

Na compreensão desses ex-moradores da área da UC, percebe-se que o conceito oficial foi imposto como uma determinação, um veredito. Quem fez essa lei? Esses fatos foram discutidos anteriormente com os moradores do Parque?

Em alguns relatos os atuais moradores do Assentamento São Francisco sentem-se enganados, como mostram esses depoimentos:

Fomos enganados, aproveitaram da nossa inocência.

Todos vieram achando que era uma troca de terras.

O Assentamento São Francisco contribuiu para a retirada devido à visão de que lá teriam condições melhores.

Quando se cria uma área protegida é importante ponderar os aspectos artificiais, naturais e culturais. Contudo, as leis desenvolvidas consideraram somente um ou alguns desses aspectos. As UCs que possuem populações tradicionais em seu interior deveriam avaliar pelo menos dois aspectos, o natural e o cultural. Porém, o natural tem se sobreposto ao cultural. (BENATTI, 1999).

O meio ambiente cultural é um patrimônio histórico e deve ter o mesmo peso no momento de criação de uma UC.

Além das práticas culturais como danças e reuniões no fim da tarde, também fazem parte desse eixo: o saber tradicional acumulado há gerações sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira e da pesca e os sistemas de manejo dos recursos naturais. Além disso, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, como evidencia a fala de um dos ex-moradores:

Existia um local para produção e mantinham aquilo, não era em toda a área. Os nossos ancestrais já proibiam a exploração em cabeceiras e nascentes.

De acordo com Benatti (1999), a política governamental de criação de Unidades de Conservação em áreas que possuem populações tradicionais morando em seu interior tem levado a uma colisão de dois direitos fundamentais: o cultural e o natural, respectivamente os artigos 215 e 225.

Conforme a Constituição Federal de 1988 os elucidam:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1998).

Com isso observar-se que a criação de Unidades de Conservação tem contradições que não são debatidas com sua devida importância e que adaptações devem ser realizadas.

Os direitos constitucionais em discussão possuem igualdade perante a Constituição, não existindo qualquer diferença hierárquica entre eles. Portanto, é importante chegar a uma solução que estabeleça limites e condições recíprocas, de forma que exista uma concordância entre os direitos (BENATTI, 1999).

Benatti (1999) afirma acerca desse embate constitucional que:

Enquanto existir o uso adequado da área, segundo o contrato, subsiste o direito real a essa utilização, podendo ser transferido esse direito para os herdeiros. Mas, no momento em que as populações não respeitarem o uso acordado ou mudarem a finalidade prevista legalmente, rescindir-se-á o contrato e a terra reverterá à Administração Pública (BENATTI, 1999, p. 121).

Logo, nota-se que existe a possibilidade das populações tradicionais permanecerem legalmente na área, contudo que respeitem o acordo, salientando que a concordância entre as partes não pode levar sacrifício total de um em relação ao outro.

Dessa forma, como destaca Diegues (2001), a criação de uma UC revela um campo político de interesse e disputa, como mostra essa pesquisa, a população tradicional, grupo social menos influente, é excluída das decisões.

6.4. O Parque não está na escola...

Apesar do conflito socioambiental existente no Parque, da cultura das populações tradicionais que o habitavam, da riqueza de biodiversidade e de inúmeros outros referenciais de aprendizado, tanto biofísico como histórico cultural, importantes para a educação, esses temas não são explorados e trabalhados nas escolas do município de Chapada Gaúcha.

Isso pode ser visualizado nos relatos dos educadores de ciências naturais entrevistados, ao serem questionados de que forma as escolas locais trabalhavam com o tema de população tradicional e Unidade de Conservação e, se isto era abordado, de que forma era lecionado. Obtiveram-se as seguintes respostas dos entrevistados:

Não é trabalhado, somente em datas comemorativas e de forma teórica.

Esse tema em específico não, mas o Parque é trabalhado abordando a cultura do local, com intensidade em datas comemorativas e no evento Minas em foco.

Raramente, as populações tradicionais são trabalhadas no quesito do que elas desenvolvem no Parque, mas não é explorado o conflito histórico existente.

Tomando como referência os relatos dos professores de ciências, pode-se constatar a ausência da aproximação de conteúdos com o cotidiano e a realidade dos alunos. Já que, o

tema não está nas escolas, mas é história viva da população do município. O depoimento de um dos professores entrevistados chamou atenção para a importância da relação teoria-prática.

Na minha situação, eu posso usar o campo como o laboratório dos meus alunos. Existe uma diferença de conhecimentos acerca disso entre os alunos da escola rural e da escola municipal.

A diferença citada no trecho transcrito pode ser entendida que os alunos da escola rural têm contato com a natureza e com o que a envolve, mas tal relação é inexistente na realidade das escolas municipais. Portanto, a ausência dessa relação pode contribuir para que não se desenvolva um senso de pertencimento com o Parque, no sentido de que todos fazem parte daquele lugar, portanto, cabe a todos cuidar.

Segundo Freire (1997), para abstrair a teoria é preciso relacioná-la e vivenciá-la. A efetivação de experimentos, em Ciências, representa um excelente instrumento para que o aluno faça a experimentação do conteúdo e possa estabelecer a dinâmica e indissociável relação entre teoria e prática.

No campo da participação coletiva sobre o destino da UC, os moradores citam que:

A relação entre a comunidade e o Parque deveria ser mais aberta, uma troca de informações e conhecimentos. Há uma ausência de relação dos gestores do Parque com a educação, até mesmo com as escolas rurais.

Deveria existir um diálogo direto e interativo.

Hoje ainda existe uma relação conflituosa.

Observa-se a inexistência de uma relação de harmonia e colaboração. Esses fatores foram comprometidos na medida em que o Parque foi criado com restrições, principalmente com a falta de acessibilidade para os próprios moradores do município de Chapada Gaúcha.

Como nos trechos relatados pelos entrevistados, os moradores do município não têm qualquer relação com o Parque, nenhum contato direto com o mesmo. Essa realidade não difere de uma das análises, acerca da participação da população na criação e utilização do Parque, feita por Guha (2000):

Os moradores não usam os Parques e não recebem nenhum benefício deles. E, ainda, estão pagando os custos. Existem os custos econômicos indiretos – a renda governamental que vai para os Parques e não para as escolas. E existem custos pessoais diretos (por exemplo, o deslocamento da população e a proibição da caça e de recolher lenha) (GUHA, 2000, p. 87).

Diante dessa crítica de Guha (2000) é visível nas expressões dos educadores locais o quanto o Parque está distante da sala de aula. Esse distanciamento pode ter surgido devido à forma como o Parque foi criado e do fato dessa criação ter gerado um conflito entre as partes envolvidas. Porém, acredita-se que o debate reflexivo sobre as exclusões poderia ser feito no PNGSV, estimulando para que o próprio aluno possa desenvolver o pensamento crítico e seu raciocínio, podendo fazer inferências, análises e desenvolver habilidades até então desconhecidas e que estão relacionadas com a sua realidade.

Pode-se pensar no Parque Nacional Grande Sertão Veredas como patrimônio e herança cultural relevante para a sociedade, como um bem que tem valor cultural e identitário para determinar as populações que viviam em seu interior e entorno.

O caso existente no município deve relacionar o patrimônio e a educação, se apropriando dos termos científicos que podem ser estudados, como os conceitos de preservação, conservação, fauna, flora e aspectos culturais da população que morava no interior da área. Tais segmentos podem ser desenvolvidos e capacitar a todos uma relação de pertencimento: as populações tradicionais (que podem auxiliar no desenvolvimento destas atividades) e a educação (abstraindo e explorando toda a riqueza disponível no Parque).

7. CONSIDERAÇÕES

As políticas impostas para criação de Unidades de Conservação, em áreas habitadas por populações tradicionais, excluem as relações existentes entre essas populações e a natureza, o local, e a participação delas nas decisões políticas sobre os seus territórios naturais. Neste caso, observou-se notável preocupação com a preservação da biodiversidade, porém, não foi considerado que a biodiversidade existente é fruto da conservação dos seres humanos que habitavam o Parque e que por esse motivo ele foi criado. Outro aspecto importante da pesquisa é que a cultura e o conhecimento tradicional não foram elementos considerados na constituição da UC.

As correntes ambientais destacadas nessa pesquisa, a conservacionista e a preservacionista, estiveram presentes nos depoimentos coletados com os sujeitos envolvidos. Os relatos dos depoentes revelam que as teorias existem e mostram as diferentes percepções diante à criação e utilização de uma UC. Com algumas exceções, os entrevistados demonstraram indignação com a falta de relevância as populações tradicionais tinham perante aquele local.

A pesquisa revela que o embasamento na corrente preservacionista, na criação de uma UC, desconsidera o envolvimento das populações tradicionais e, conseqüentemente, deslegitima essa área diante desses povos e da população do entorno. O ensino de ciências praticado nas escolas daquela região é um exemplo da exclusão do Parque, talvez pela forma política estabelecida na criação, a educação não o acolhe no desenvolvimento da relação de pertencimento.

A concepção de criação de Parques “intocados” é um elemento desterritorializador. Deve-se levar em consideração a história e as raízes dessas populações com o local, o amor, o respeito, a cultura, o conhecimento e o cuidado que aquela população tinha com o território em que cresceram, aprenderam e se desenvolveram como seres humanos únicos é incomparável à tentativa de preservação de uma biodiversidade apenas “representativa”, mas que na verdade é distante de todos.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, R. **“Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação.** Ambiente & Sociedade, ano II, nº. 5, p. 79-86, 1999.

BARBOSA, R. S.; SANTOS, F. D. **Unidades de Conservação, conflitos sócio ambientais e o encurralamento das populações locais no norte de Minas.** UNIMONTES – Montes Claros, Minas Gerais, 2008.

BENATTI, J. H. **Unidades de Conservação e Populações Tradicionais: uma análise jurídica da realidade brasileira.** Novos Cadernos – NAEA, vol. 2, nº 2, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei Federal nº. 9.885 de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 19 de julho de 2000.

BRITO, D. M. C.; BASTOS, C. M. C. B.; FARIAS, R. T. S.; BRITO, D. C; DIAS, G. A. C. **Conflitos socioambientais no século XXI.** PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, n. 4, p. 51-58, 2011.

COSTA, J. B. A. (coord.). **Os guardiões das veredas do Grande Sertão:** a população tradicional veredeira do Assentamento São Francisco e Gentio, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o inventário das referências culturais. Fundação Pró-Natureza Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2005. Mimeo.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 3ª edição, 2001.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (org). **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. p 176. (Biodiversidade, 4).

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FUNATURA - Fundação Pró-Natureza. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.** Aspectos conceituais e legais. Brasília. IBAMA, p. 81,1991.

GUHA, R. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: Diegues, A.C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** 2000. p.81-99.

HAUFF, S. N. **Relações entre comunidades rurais locais e administrações de Parques no Brasil:** subsídios ao estabelecimento de zonas de amortecimento. 2004. 225p. Tese (Doutorado – Pós-Graduação em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

KLINK, C. A; MACHADO, R. B. **A conservação do Cerrado brasileiro.** Megadiversidade, vol. 1, nº. 1, p. 151, 2005.

KLINK, C. A.; MOREIRA, A. G. Past and current human occupation and land-use. In: OLIVEIRA, P. S.; MARQUIS, R.J. (org.) **The Cerrado of Brazil: Ecology and natural**

history of a neotropical savanna. New York, Columbia University Press, 2002, p. 69-88.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1995, p. 20.

MAROTTI, P. S.; SANTOS, J. E. Narrativas orais como subsídio para um programa de educação ambiental direcionado a uma Unidade de Conservação. In: SANTOS, J.E. dos, SATO, M. (Orgs.) **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: RIMA. 2001. p. 197-224.

MARTINS, G. I. **Políticas públicas, interfaces ambientais e desterritorialização camponesa no entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas – Norte de Minas Gerais, Brasil**. VI Encontro de Grupos de Pesquisa – Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais. Presidente Prudente, 23 a 26 de maio de 2011.

MARTINS, G. I.; JUNIOR, J. C. **As tramas da des(re)territorialização camponesa: a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, Norte de Minas Gerais**. Campo-território: Revista de geografia agrária, v. 7, n. 13, p. 134-168, fev., 2012

McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MENDES, X. Revista BA.GO.Minas – **Integrando a região do marco trijunção**. Guia cultural e eco-turístico do entorno do PNGSV – Ano I, nº 1 – Formoso-MG. Março, 2013.

NASCIMENTO, D. T.; BURSZTYN, M. A. A. **Análise de conflitos socioambientais: atividades minerárias em comunidades rurais e Áreas de Proteção Ambiental (APA)**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 65-82, UFPR: 2010.

PADUA, S. M.; TABANEZ, M. F. Participação Comunitária: elemento chave na proteção de Unidades de Conservação. In: CASCINO, F.; JACOBI, P.; OLIVEIRA, J. F. **Educação ambiental: meio ambiente e cidadania – Reflexos e experiências**. São Paulo, 1998.

PEREIRA, D. B. Paradoxo do Papel do Estado nas Unidades de Conservação. In ZHOURI, A.; LASCHEFSKI K.; PEREIRA, D. B. (Orgs). **A Insustentável leveza da Política Ambiental – Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais**. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

SALGADO, C. L. **A prática educativa e o Desenvolvimento Territorial: um estudo de caso no município de Chapada Gaúcha, MG**. 2010. 133p. Dissertação de mestrado – Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SATO, M.; PASSOS, L. A. Biorregionalismo: identidade histórica e caminhos para a cidadania. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 221-252.

TEIXEIRA, C. **O desenvolvimento sustentável em Unidade de Conservação:** a “naturalização” do social. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), vol. 20, nº. 59, p. 52-55, 2005.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34.

ANEXO I

PESQUISA PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Pesquisa: Parque Nacional Grande Sertão Veredas: um estudo de caso sobre o papel de populações na conservação do Bioma Cerrado.

Pesquisadora: Thaís Hall Oliveira

Orientador: Prof. Dr. Irineu Tamaio

Entrevista Estruturada

IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Idade:

Sexo: M () F ()

Relação com o Parque:

- 1) Quais atividades eram desenvolvidas pelas populações tradicionais? Tais atividades influenciavam no manejo do Parque?
- 2) Como ficaram as condições de vida após a criação da Unidade de Conservação? Por quê?
- 3) Em sua opinião as populações tradicionais dentro do Parque contribuem para garantir uma melhor gestão?
- 4) Para você quais foram os motivos para retirada das populações tradicionais?
- 5) Você sabe se as escolas aqui do Município trabalham com esse tema das populações tradicionais em Unidades de Conservação? De que forma isso é feito?
- 6) No seu ponto de vista como deveria ser a relação entre a comunidade e o Parque?

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo a utilização das informações relatadas nessa entrevista estruturada, no conteúdo das gravações e fotos para fins exclusivos de pesquisa e publicação de caráter científico universitário.

Chapada Gaúcha/MG, _____ de Setembro de 2013.